

**AO EXMO CONSELHEIRO DURVAL ANGELO, PRIMEIRA  
CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS  
GERAIS**

**GABINETE CONSELHEIRO DURVAL ANGELO**

Rodrigo Matos Antonio, Brasileiro, Casado, Servidor publico, portador da cédula de identidade nº.8.268.572, inscrito no CPF nº. 937.768.296-72, residente e domiciliado na Rua do Cruzeiro, nº. 46, bairro Centro, Conceição da Aparecida/MG., CEP.37.148-000, com endereço eletrônico [ma\\_mao22@hotmail.com](mailto:ma_mao22@hotmail.com) e telefone (35) 99907-0017, venho por meio deste, requerer a juntada de provas junto ao processo que tramita nesta casa sob o nº **1.071.463**, visto que sou parte investigada e até a presente data encontra-se duvidas pendentes para serem sanadas conforme parecer do Ministério Publico de Contas de Minas.

Conforme ultimo parecer do Ministério Público de Contas de Minas Gerais, do dia 30 de março de 2022, a excelentíssima Procuradora, a Senhora Sara Meinberg, em análise ao relatório técnico concluiu que:

“Item 1 - É irregular o pagamento da gratificação vinculada ao Apostilamento – percentual de 20%; porém, há ação judicial em andamento, que determinou o sobrestamento dessa gratificação aos servidores apostilados.

Pagamento de gratificação vinculada ao apostilamento, considerando o aparente conflito entre os arts. 27 e 53 da Lei Complementar Municipal n. 1517/2017;

Item 2 - Não ficou esclarecido o motivo das variações de pagamento de Anuênio e sua forma de cálculo, aos servidores relacionados no item 2.3.3 desta análise, uma vez que estão em desconformidade com os artigos 79 e 80 da Lei Municipal nº 783/1991;

Item 3 - Não ficou esclarecido o motivo da restrição de informações de dados salariais dos servidores do Poder Executivo do Município de Conceição da Aparecida no Portal da Transparência”

Posto isto passo a expor abaixo esclarecimentos referentes ao item 1 e 2, para o saneamento das duvidas apontadas:

## **Item 1- DAS GRATIFICAÇÕES**

Primeiramente vale ressaltar que a lei 1517/17 trata-se especificamente dos cargos de carreira do município de Conceição da Aparecida/MG, o que pode ser constatado em todos os anexos da referida lei.

O Ministério Público de Contas de Minas Gerais menciona o conflito entre o artigo 27 e 53 da lei 1517/2017, mas para entender os dois artigos primeiramente deveremos nos orientar pelos artigos 38 e 52, ambos da mesma lei.

Vejamos o que diz o artigo 38:

**Art. 38 – Além do previsto no Estatuto dos Servidores,** serão deferidas aos servidores municipais as seguintes gratificações:

I - Gratificação de produtividade individual;

II - Gratificação funcional para os servidores plantonistas da área da saúde do Município de Conceição da Aparecida.

O artigo 38 da lei 1517/2017 acrescentou mais duas gratificações e deixou as demais vantagens por conta da lei 783/1991 (estatuto dos Servidores).

Já o artigo 27 da lei 1517/2017 diz que a remuneração dos servidores ocupantes de cargos efetivos poderá ter um ou mais componentes, é o caso da gratificação de função e também os anuênios, que se encontram amparados na lei 783/91 em seus artigos 66 inciso II, e, 80 e parágrafo único.

**Art. 27 – A remuneração dos servidores, ocupantes de cargos efetivos, poderá ter um ou mais dos seguintes componentes:**

I – vencimento;

II – adicional pela  
prestação de serviço extraordinário;

III – adicional noturno;

IV – adicional de férias;

V – ajuda de custo;

VI – gratificação  
natalina;

**VII – gratificação de  
função;**

## VIII – anuênios.

Conforme caput do artigo 38 da lei 1517/2017 fica esclarecido que a gratificação por função estabelecida no artigo 27 ficou a cargo da lei 783/1991 (Estatuto dos Servidores do Município de Conceição da Aparecida/MG), **através de seu art. 66, inciso II, onde apresenta a opção para o servidor em cargo efetivo que vier a ocupar um cargo comissionado poderá optar pelos seus vencimentos acrescidos de mais 20% (vinte por cento):**

Lei 791/91 – Estatuto dos servidores de Conceição da Aparecida/MG

**Art. 66** – O servidor titular de cargo efetivo nomeado para exercer cargo em comissão pode optar:

I – pelo vencimento do cargo em comissão;

**II – pela continuidade de percepção do vencimento de seu cargo efetivo, acrescido 20% (vinte por cento) de gratificação.**

Já, referente ao artigo 53 da lei 1517/2017, ao se observar o artigo 52 da mesma lei, verificamos que os vencimentos dos cargos comissionados serão estabelecidos em lei específica:

Lei 1517/2017

**Art. 52 - Os vencimentos dos cargos em comissão e funções gratificadas são estabelecidos por Lei específica.**

Portanto não é a lei 1517/2017 que determina os vencimentos dos cargos comissionados e sim uma lei específica.

Já o Art. 53 da lei 1517/2017 diz o seguinte:

**Art.53 - A remuneração mensal dos servidores providos em Cargo em Comissão, pertencentes ao Quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Poder Executivo Municipal, é fixada em valor único, englobando os recursos de vencimento decorrentes do respectivo padrão do cargo ou função, conforme estabelecidos em lei**

Como visto no artigo 53 podemos observar que os servidores providos em cargo de comissão, englobam os recursos de vencimentos decorrentes do respectivo padrão de cargo conforme a lei estabelece, ou seja, englobam outras vantagens que a lei 1517/2017 permitiu em seus artigo 27 e 38 c/c- a lei 783/1991 em seu artigo 66, inciso II.

Na situação apontada acima, fica claro que o estabelecimento da função gratificada para alguns servidores se dá através do art. 66, Inciso II da lei 783/91(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Conceição da Aparecida), e não a lei 1517/2017.

**Importante dizer, quando deixamos de ocupar o cargo comissionado, o pagamento de 20% de gratificação é suspenso automaticamente, e o mesmo não é incorporado aos vencimentos após exoneração do cargo em comissão.**

Outro detalhe é como é de conhecimento desta Corte, encontra-se uma ação tramitando no Fórum da comarca de Carmo do Rio Claro/MG.

## **Item 2 – DOS ANUENIOS:**

Conforme o artigo 79 da lei 783/91 estabelece a criação do adicional por tempo de serviço:

Art. 79 – **Além do vencimento e das vantagens previstas nesta lei**, serão deferidos os seguintes adicionais:

**I – adicional por tempo de serviço;**

II – adicional noturno;

III – adicional de férias;

IV – adicional pelo exercício de atividades em condições penosas, insalubres ou perigosas;

V – adicional pela prestação de serviço extraordinário; e

VI – adicional de progressão na carreira.

Conforme o Art. 80 da lei 783/91(Estatuto dos Servidores de Conceição da Aparecida/MG), estabelece a forma de pagamento do adicional por tempo de serviço:

**Art. 80** – O adicional por tempo de serviço é devido á razão de 2% (dois por cento) a cada período de **um ano de efetivo exercício** de cargo no serviço público, incidente sobre o vencimento de que trata o art. 56.

**PARÁGRFO ÚNICO – O Servidor fará jus ao adicional a partir do dia em que completar o período anual.**

Como visto se entende que a cada ano em efetivo trabalho o servidor faz jus ao acréscimo de 2% de adicional por tempo de serviço em seu vencimento básico.

No caso deste servidor que esta subscreve, ingressei no município em julho de 2010 (conforme termo de posse anexo), possuo 11 (onze) anos completos em

efetivo trabalho, portanto para cada ano de trabalhado em efetivo exercício da função será acrescido 2% no vencimento do servidor municipal, portanto faço jus ao acréscimo hoje de 20 por cento.

Atualmente tenho direito à percepção de 22% de anuênios sob o vencimento do meu cargo, porém com o advento da Lei Federal 173/2020, criada para ajustes nas contas da federação em decorrência a pandemia causada pelo COVID-19, os anuênios devidos aos servidores nos anos de 2020 e 2021 não foram computados a contagem desse tempo, sendo que neste momento estão acrescidos efetivamente ao meu vencimento 20% até a presente data.

Para melhor entendimento de como fazer o Calculo dos anuênios, basta pegar o termo de posse do servidor, verificar qual a entrada dele no município e a cada período de um ano trabalhado em efetivo exercício acrescentar 2% em seu vencimento.

Um detalhe importantíssimo é que ADIN sob a numeração única 0519181-29.2019.8.13.0000 (Decisão/Certidão transito anexa) transitou em julgado em 10/09/2021, onde julgou Improcedente o pedido do Ministério Publico de Minas Gerais, declarando o instituto do apostilamento de Conceição da Aparecida **CONSTITUCIONAL**, ou Seja, **não levou em consideração a emenda constitucional 103/2019** com a nova redação do artigo 39 em seu parágrafo 9º por se tratar de regime previdenciário.

Porém causa estranheza e diria que o Ilustre vereador usa de má fé nesta denuncia, pois ao invocar a referida emenda constitucional 103/2019 em seu artigo 39 parágrafo 9º para prejudicar os servidores que foram apostilados posterior a ela, entende que o apostilamento até a data de sua publicação era justa e perfeita, porém na **ação popular nº 5000348-85.2019.8.13.0144** onde o mesmo se encontra como denunciante também, fora ventilado a mesma tese so que na época em prol do apostilados, o qual como é de conhecimento do Senhor Eleir foi rechaçada pela então juíza da época e também pelos desembargadores do TJMG, e claro também pelo ilustre verador que em momento algum foi favorável a referida tese, em que os servidores apostilados até a data da publicação da emenda constitucional 103/2019 seriam beneficiados por ela, e colocaria fim a ação popular que o mesmo lutavam para ter êxito.( segue a decisão e demais peças da ação popular que confirmam o posicionamento acima citado).

Portanto qualquer servidor até a data da revogação da lei que garantia o direito ao apostilamento poderia ter requerido conforme decisão do STF.

Outro fator importante é a ação popular nº 5000348-85.2019.8.13.0144 que se encontra em fase de julgamento na comarca de Carmo do rio Claro-MG, na referida ação o Vereador Eleir de Carvalho Ribeiro juntamente com outro Vereador da cidade, adentraram com pedido de liminar para suspensão do pagamento dos valores dos vencimentos relacionados com o apostilamento.

Foi atendido pelo judiciário na época dos fatos a referida liminar, ocorre que depois de comprovado a constitucionalidade da lei referente ao apostilamento o juiz de direito da comarca de Carmo do Rio Claro determinou o pagamento integral dos salários dos servidores apostilados com todas as vantagens e gratificações que os mesmo tem direito, entendendo que o posicionamento da suprema Corte se torna incontestável.

Posto isso, Requer:

- A) a juntada do documento onde comprova a minha opção pela continuidade de percepção do vencimento de meu cargo efetivo com acréscimo de 20% da função gratificada. Documento esse protocolizado na prefeitura municipal no dia 23 de março de 2018 e encerrado no dia 31 de dezembro do ano de 2020 onde fui exonerado do cargo em comissão passando a receber apenas o salario basico , portando não há o que se falar de gratificação **sob apostilamento, mas sim sob o vencimento básico do servidor;**
- B) A juntada de Portaria de nomeação, que comprova a data de entrada minha como servidor do município.
- C) Segue cópia da minha folha de pagamento para comprovar que não recebo gratificação nesta atual administração pois não faço parte dos cargos de comissão.
- D) **A improcedência da representação, visto se tratar de denuncia meramente de cunho político.**

Quero Deixar minha indignação contra este vereador, pois o mesmo tenta transformar nossas vidas em um caos, usa de sua prerrogativa de vereador para perseguir e tentar prejudicar seus opositores políticos, no caso em tela após ver seus pedidos negados junto ao STF o qual declarou constitucional a lei de apostilamentos, procurou a justiça comum e ingressou com ação popular contra o instituto de apostilamento e tendo a certeza que essa ação não lhe traria efeitos positivos pois o STF já considerou constitucional a referida lei resolveu fazer denuncia junto a essa corte, com intuito meramente político para perseguir aqueles que se opõem ao seu trabalho.

Certo que estas informações muito contribuirão para elucidação de possíveis dúvidas, sendo assim, coloco-me à disposição para esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

Conceição da Aparecida, 31 de Março de 2022.

Rodrigo Matos Antonio

Servidor Efetivo no cargo de Técnico em Contabilidade

Município de Conceição da Aparecida/MG

Matrícula: 106763



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA APARECIDA  
ESTADO DE MINAS GERAIS

**PORTARIA nº 0547, DE 01 DE JULHO DE 2010.**

Nomeia Servidor para o cargo que especifica.

O Prefeito Municipal de Conceição da Aparecida, Estado de Minas Gerais, usando das suas atribuições que lhe confere o Art.134, inciso II, letra "a" da Lei Orgânica do Município de 21 de abril de 1990, Art. 14, item I e Art. 15, item I da Lei nº 783 de 28.06.91 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), e tendo em vista ainda a Lei Complementar nº 1158 de 29.02.2008 que dispõe sobre o Plano de Cargos e Vencimentos dos Servidores Municipais e suas alterações posteriores,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Nomear **Rodrigo Matos Antonio**, classificado no Concurso Público nº 001/2009, para o Cargo de **Técnico em Contabilidade**, homologado em 11.03.2010, para o cumprimento do Estágio Probatório.

O referido cargo é de provimento efetivo, do Quadro Permanente do município de Conceição da Aparecida.

**Art. 2º** Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Conceição da Aparecida, 01 de julho de 2010

  
**JOAO ALBERTO AMARAL**  
Prefeito Municipal



Ao Depto. de Gestão de Pessoas

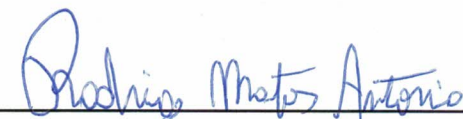
Prezado Diretor,

Pref. Munic. de Conc. da Aparecida  
PROTOCOLO N.º 008067  
Fls 046 Livro 03  
Em 23/03/2018  
Gabinete Departamento Pessoal

Eu, RODRIGO MATOS ANTONIO, funcionário efetivo desta Prefeitura lotado no cargo de Técnico em Contabilidade, nomeado para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor Especial de Administração, vem mui respeitosamente à presença de V.S.<sup>a</sup>, solicitar, nos termos do Art. 66 da Lei nº. 783/91, Inciso II, pela continuidade de percepção do vencimento de meu cargo efetivo, com acréscimo de 20% a título de Função Gratificada.

Nestes termos, pede e espera cumprimento.

Prefeitura Municipal de Conceição da Aparecida, 23 de março de 2018.



RODRIGO MATOS ANTONIO

CPF: 937.768.296-72

106763 - RODRIGO MATOS ANTONIO  
RUA RUA DO CRUZEIRO, 46  
CENTRO  
CONCEIÇÃO DA APARECIDA - MG - CEP 37148-000  
Local de Trabalho: 010102037-MANUT ENSINO FUNDAM. 25%



## PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de CARMO DO RIO CLARO / Vara Única da Comarca de Carmo do Rio Claro

PROCESSO Nº: 5000348-85.2019.8.13.0144

CLASSE: [CÍVEL] AÇÃO POPULAR (66)

ASSUNTO: [Criação / Extinção / Reestruturação de Órgãos ou Cargos Públicos]

AUTOR: ELEIR RIBEIRO DE CARVALHO e outros

RÉU: MUNICIPIO DE CONCEICAO DA APARECIDA e outros (15)

## DECISÃO

### Vistos, etc.

Considerando que a parte autora manifesta peremptoriamente desinteresse na realização de audiência de conciliação ou mediação, donde concluo, por arrastamento, que eventual ato não seria exitoso, deixo de designar sessão a este fim.

Mais. Tenho que o disposto no art. 13, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, não se presta ao fim colimado pelos requeridos, tampouco implica na modificação da decisão concessiva em parte de tutela de urgência proferida outrora.

Em 30 de março de 2020, após a Emenda, portanto, em apreciação ao Recurso Extraordinário 1.248.938 – Minas Gerais, decidiu Gilmar Mendes, Ministro do Supremo Tribunal Federal, que *não há direito adquirido a regime jurídico, estando vedada expressamente pela Constituição a possibilidade de vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para efeito de remuneração de pessoal do serviço público.*

Destarte, pelas razões suso expostas, mantenho hígidas – por seus próprios e jurídicos



fundamentos, além desses, que ora acresço – as decisões pretéritas.

Intimem-se. Cientifique-se o IRMP.

Sem prejuízo, certifique a Serventia sobre a (ir)regularidade na citação e intimação(ões) dirigidas ao Município de Conceição da Aparecida, notadamente em relação à liminar, cumprindo diligências pendentes, caso existam.

Vigoram, assim, as disposições contidas nos ID's nºs 82200648 e 92041719, as quais, naturalmente, sujeitam-se aos recursos cabíveis à espécie.

It.C.

Praça Capitão Tito Carlos Pereira, 40, Fórum Desembargador Merolino Correa, Centro, CARMO DO RIO CLARO - MG - CEP: 37150-000





Número: **5000348-85.2019.8.13.0144**

Classe: **[CÍVEL] AÇÃO POPULAR**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Carmo do Rio Claro**

Última distribuição : **09/07/2019**

Valor da causa: **R\$ 1.200,00**

Assuntos: **Criação / Extinção / Reestruturação de Órgãos ou Cargos Públicos**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
JOAO ROGERIO DOS SANTOS (AUTOR)	
	AMANDA MORAIS DE MELO (ADVOGADO) NICOLAU ACHCAR SANTOS JUNIOR (ADVOGADO) FABIO LUIZ BARBOSA (ADVOGADO)
ELEIR RIBEIRO DE CARVALHO (AUTOR)	
	AMANDA MORAIS DE MELO (ADVOGADO) NICOLAU ACHCAR SANTOS JUNIOR (ADVOGADO) FABIO LUIZ BARBOSA (ADVOGADO)
LUCAS GARCIA PORFIRIO (RÉU/RÉ)	
	VINICIUS DE OLIVEIRA FREIRE (ADVOGADO)
Antônio Cleber de Melo (RÉU/RÉ)	
	ANTONIO GIOVANI DE OLIVEIRA (ADVOGADO) JOAO REGIS DAVID OLIVEIRA (ADVOGADO) VINICIUS DE OLIVEIRA FREIRE (ADVOGADO)
RUBERVAL JOSE GONCALVES (RÉU/RÉ)	
	ANTONIO GIOVANI DE OLIVEIRA (ADVOGADO) JOAO REGIS DAVID OLIVEIRA (ADVOGADO) VINICIUS DE OLIVEIRA FREIRE (ADVOGADO)
LUIZA HELENA DA SILVA BORBA OLIVEIRA (RÉU/RÉ)	
	ANTONIO GIOVANI DE OLIVEIRA (ADVOGADO) JOAO REGIS DAVID OLIVEIRA (ADVOGADO) VINICIUS DE OLIVEIRA FREIRE (ADVOGADO)
TADEU VERISSIMO DE PAULA (RÉU/RÉ)	
	ANTONIO GIOVANI DE OLIVEIRA (ADVOGADO) JOAO REGIS DAVID OLIVEIRA (ADVOGADO) VINICIUS DE OLIVEIRA FREIRE (ADVOGADO)
JOSIANE FILOMENA ONOFRE (RÉU/RÉ)	
	ANTONIO GIOVANI DE OLIVEIRA (ADVOGADO) JOAO REGIS DAVID OLIVEIRA (ADVOGADO) VINICIUS DE OLIVEIRA FREIRE (ADVOGADO)
CARMELITA MARIA VIEIRA (RÉU/RÉ)	
	ANTONIO GIOVANI DE OLIVEIRA (ADVOGADO) JOAO REGIS DAVID OLIVEIRA (ADVOGADO) VINICIUS DE OLIVEIRA FREIRE (ADVOGADO)
ADRIANA BORBA FERREIRA SILVA (RÉU/RÉ)	



	ANTONIO GIOVANI DE OLIVEIRA (ADVOGADO) JOAO REGIS DAVID OLIVEIRA (ADVOGADO) VINICIUS DE OLIVEIRA FREIRE (ADVOGADO)
WILSON INACIO DA ROCHA (RÉU/RÉ)	
	ANTONIO GIOVANI DE OLIVEIRA (ADVOGADO) JOAO REGIS DAVID OLIVEIRA (ADVOGADO) VINICIUS DE OLIVEIRA FREIRE (ADVOGADO)
RODRIGO MATOS ANTONIO (RÉU/RÉ)	
	ANTONIO GIOVANI DE OLIVEIRA (ADVOGADO) JOAO REGIS DAVID OLIVEIRA (ADVOGADO) VINICIUS DE OLIVEIRA FREIRE (ADVOGADO)
LEILA CRISTINA MENDES LEONARDO (RÉU/RÉ)	
	ANTONIO GIOVANI DE OLIVEIRA (ADVOGADO) JOAO REGIS DAVID OLIVEIRA (ADVOGADO) VINICIUS DE OLIVEIRA FREIRE (ADVOGADO)
GUILHERME MARQUES DE CARVALHO (RÉU/RÉ)	
	ANTONIO GIOVANI DE OLIVEIRA (ADVOGADO) JOAO REGIS DAVID OLIVEIRA (ADVOGADO) VINICIUS DE OLIVEIRA FREIRE (ADVOGADO)
CRISTIANI MICHELE MACHADO (RÉU/RÉ)	
	ANTONIO GIOVANI DE OLIVEIRA (ADVOGADO) JOAO REGIS DAVID OLIVEIRA (ADVOGADO) VINICIUS DE OLIVEIRA FREIRE (ADVOGADO)
CLAUDIA APARECIDA BORBA (RÉU/RÉ)	
	ANTONIO GIOVANI DE OLIVEIRA (ADVOGADO) JOAO REGIS DAVID OLIVEIRA (ADVOGADO) VINICIUS DE OLIVEIRA FREIRE (ADVOGADO)
CARLOS ALBERTO NASCIMENTO SOUTO (RÉU/RÉ)	
	ANTONIO GIOVANI DE OLIVEIRA (ADVOGADO) JOAO REGIS DAVID OLIVEIRA (ADVOGADO) VINICIUS DE OLIVEIRA FREIRE (ADVOGADO)
MUNICIPIO DE CONCEICAO DA APARECIDA (RÉU/RÉ)	

Outros participantes			
Ministério Público - MPMG (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
124487944	13/07/2020 21:25	MANIFESTAÇÃO AÇÃO POPULAR	Manifestação

**Excelentíssima Senhora Doutora Juíza de Direito da Comarca de Carmo do  
Rio Claro/MG**

**Urgente**

**Processo nº 5000348-85.2019.8.13.0144**

**(Secretaria Cível)**

Eleir Ribeiro de Carvalho e João Rogério dos Santos, já devidamente qualificados nos autos da Ação Popular em epígrafe, através de seus advogados, vêm à honrada presença de Vossa Excelência, manifestar-se acerca da manifestação contida em ID 118345301, a qual veio alegar ocorrência de fato superveniente ao ajuizamento da ação popular e também superveniente à r. decisão concessiva da tutela de urgência, por este Juízo

**I – DA ALEGAÇÃO DE OCORRÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE:**

Em síntese, na manifestação contida em ID118345301 os requeridos alegam que a EC103/2019, promulgada após a decisão concessiva da tutela de urgência do presente pleito é fato prejudicial ao mérito por supostamente assegurar os apostilamentos efetivados anteriormente à sua vigência em nome da segurança jurídica.

Fundamentam tal alegação na nova redação do §9º do Artigo 39 da CF/88 e no Artigo 13 da EC 103, este último, norma de direito intertemporal que restringe os efeitos da referida modificação constante do §9º do Artigo 39.



É cediço que a Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro, juntamente à CF/88 instituíram o princípio da irretroatividade da lei para resguardar direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada.

Evidentemente, afirmar que a lei não retroagirá em tais circunstâncias equivale a impedir que a eficácia jurídica da norma de direito volte no tempo para prejudicar ato jurídico perfeito, coisa julgada e direito adquirido, corroborando assim para a efetivação da almejada segurança. Todavia, não se pode invocar a segurança jurídica para convalidar atos administrativos nulos, pois eivados de inconstitucionalidade reiteradamente reconhecida nas cortes superiores, visto que lesivos ao patrimônio público e distantes dos princípios da isonomia, moralidade, eficiência, razoabilidade e impessoalidade pública.

Não por outro motivo, o alegado Artigo 13 da EC 103/2019 está assente nestes princípios **ao afirmar que a vedação ao apostilamento constante do §9º do Artigo 39 não se aplica às PARCELAS já pagas até a data da vigência da Emenda, e não ao apostilamento enquanto regime jurídico de remuneração em si.**

Assim, não é preciso muito para compreender que, diferentemente do que alega a parte contrária, não estamos diante do reconhecimento de direito adquirido ao apostilamento por parte de servidores apostilados antes da referida Emenda Constitucional que instituiu a chamada “Reforma da Previdência”, mas somente diante da inexigibilidade de que tais parcelas sejam restituídas por seus adquirentes se percebidas em momento que antecede a reforma e de boa fé, requisitos estes a serem analisados em decisão de mérito.

Com isto, evidentemente, a nova norma não legitimou os atos de apostilamento que a precedem, ao contrário, estabelece expressa vedação a tal prática da sua vigência em diante, excluindo, inclusive sua incorporação definitiva, leia-se, incorporação de parcelas futuras, não havendo que se falar em direito adquirido ao





regime jurídico instituído pelos apostilamentos, conforme tentam fazer crer os requeridos.

Senão vejamos a redação dos dispositivos citados:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:  
[...]

"Art.39.....

§ 9º **É vedada a incorporação de vantagens** de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo."

[...]

Art. 13. **Não se aplica o disposto no § 9º do art. 39 da Constituição Federal a parcelas remuneratórias decorrentes de incorporação** de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão efetivada até a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional.

**(grifos nossos)**

A interpretação ora esposada, aliás, coaduna com o fato de o STF continuar a reconhecer a inconstitucionalidade do instituto do apostilamento em virtude da EC19/1998, e mesmo em razão da EC57/03 em ações originadas em Minas Gerais, no corrente ano de 2020, ou seja, após entrar em vigência a EC103/2019. Vejamos o entendimento da Suprema Corte no seguinte julgado de 2020:

Decisão: Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, ementado nos seguintes termos: **“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL DE ARAGUARI. APOSTILAMENTO. INSTITUTO ABOLIDO PELO ORDENAMENTO JURÍDICO CONSTITUCIONAL. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA, IMPESSOALIDADE, EFICIÊNCIA, RAZOABILIDADE E MORALIDADE. INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA. - Inconstitucionalidade do ato de apostilamento após a promulgação da EC nº 19/98, da Constituição Federal e da EC nº 57/03, da Constituição do Estado de Minas Gerais. - Em diversos julgamentos realizados pelo Órgão Especial acerca do instituto, este egrégio Tribunal de Justiça, após grande discussão, solidificou o entendimento que o apostilamento é inconstitucional por violação aos Princípios da Eficiência e da Moralidade. - Por mais que se reconheça a autonomia dos entes federados, cláusula pétrea da Constituição Federal, tal garantia não autoriza que a legislação municipal e/ou estadual viole os princípios que regem o ordenamento jurídico. O princípio da eficiência busca a **boa administração**, de modo a atender os interesses e anseios da sociedade. Assim sendo, o apostilamento viola o interesse público, deixando de assegurar o interesse público. - Os efeitos desta declaração de inconstitucionalidade não devem ser modulados, tendo em vista que esta é uma medida excepcional, que deve ser utilizada segundo **severo** juízo de ponderação, sob pena de em**



determinados casos estimular a edição de leis manifestamente inconstitucionais, que comportam vícios mesmo antes de nascer. - Julga-se procedente esta ação direta de inconstitucionalidade, declarando a inconstitucionalidade material do parágrafo único do art. 1º da Emenda à Lei Orgânica Municipal n. 44/2018 e do § 4º da Lei Complementar n. 41/2006, do Município de Araguari/MG, sem modulação dos efeitos. v.v.: EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE vs MUNICÍPIO DE ARAGUARI vs APOSTILAMENTO vs CONCESSÃO DE ESTABILIZAÇÃO FINANCEIRA EM RAZÃO DO EXERCÍCIO DE CARGO DE CONFIANÇA POR DEZ ANOS vs AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE, MORALIDADE, EFICIÊNCIA E IMPESSOALIDADE vs CONSTITUCIONALIDADE DECLARADA. -Não há que se falar em inconstitucionalidade formal quando a legislação local observou todas as normas que regem o processo legislativo, notadamente iniciativa do Chefe do Executivo. -A Emenda Constitucional nº 57, de 15.07.2003, que extinguiu o apostilamento no âmbito do Estado de Minas Gerais, não alcança a autonomia municipal para legislar sobre a matéria. -Nas linhas das decisões do STF, esse regime jurídico é constitucional. -A previsão de lapso temporal de dez anos para ter direito ao apostilamento mostra-se fundada nos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e moralidade administrativa<sup>9</sup>. (eDOC 1, p. 10-11) Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados. (eDOC 1, p. 107) No recurso extraordinário, interposto com fundamento no art. 102, III, a, da Constituição Federal, aponta-se violação aos artigos 1º; 5º, XXXVI; 18, caput; 29, caput; 30, I; e 37, caput, XV, do texto constitucional. (eDOC 1, p. 121 e 138-139) Nas razões recursais, pretende-se, inicialmente, que se atribua efeito suspensivo ao presente recurso. (eDOC 1, p. 125) Alega-se que o instituto do apostilamento não foi abolido do ordenamento jurídico pátrio, mostrando-se compatível com os princípios da eficiência e da moralidade, na medida em que objetiva premiar o servidor efetivo que, por alguns anos, exerceu com afinco atribuições em casos de direção, chefia e assessoramento. (eDOC 1, p. 129 e 145) Postula-se, ainda, pela modulação dos efeitos da decisão de inconstitucionalidade. (eDOC 1, p. 175) A Subprocuradoria-Geral da República manifesta-se em parecer assim ementado: **3ADMINISTRATIVO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL DE ARAGUARI. SERVIDOR PÚBLICO. APOSTILAMENTO. PERPETUAÇÃO DO INSTITUTO DA ESTABILIDADE FINANCEIRA APÓS EC 19/98. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA, MORALIDADE ADMINISTRATIVA, EFICIÊNCIA E IMPESSOALIDADE. PARECER PELO DESPROVIMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO**<sup>9</sup>. (eDOC 10) É o relatório. Decido. A irrisignação não merece prosperar. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE-RG 563.965, de relatoria da Min. Cármen Lúcia, DJe 1º.7.2009 (tema 41 da sistemática da repercussão geral), firmou entendimento no sentido da ausência de direito adquirido à forma de cálculo da remuneração do servidor público, desde que respeitado o princípio constitucional de irredutibilidade de vencimentos, correspondente ao valor nominal por ele auferido. Confira-se a ementa daquele julgado: **3DIREITOS CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. ESTABILIDADE FINANCEIRA. MODIFICAÇÃO DE FORMA DE CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO. OFENSA À GARANTIA CONSTITUCIONAL DA IRREDUTIBILIDADE DA REMUNERAÇÃO: AUSÊNCIA. JURISPRUDÊNCIA. LEI COMPLEMENTAR N. 203/2001 DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE: CONSTITUCIONALIDADE. 1.** O Supremo Tribunal Federal pacificou a sua jurisprudência sobre a constitucionalidade do instituto da estabilidade financeira e sobre a ausência de direito adquirido a regime jurídico. **2.** Nesta linha, a Lei Complementar n. 203/2001, do Estado do Rio Grande do Norte, no ponto que alterou a forma de cálculo de gratificações e, conseqüentemente, a composição da remuneração de servidores públicos, não ofende a Constituição da República de 1988, por dar cumprimento ao princípio da irredutibilidade da remuneração. **3.** Recurso extraordinário ao qual se nega provimento<sup>9</sup>. Nas suas razões de decidir, a relatora, acompanhada pela maioria dos demais integrantes desta Corte, aprecia o instituto do

apostilamento, mencionando consistir ⑨na manutenção dos valores devidos a servidor que exercia, por determinado período, cargo em comissão. Mesmo após a saída desse cargo, mantinha ele tais valores que se somavam aos que lhe eram devidos por força do provimento efetivo⑩. Tece considerações a respeito da evolução histórica da jurisprudência desta Corte quanto a matéria, que, mesmo com o advento da Constituição de 1988, reafirma a sua constitucionalidade. Aponta, nessa esteira, o julgamento da ADI 1.264, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 30.6.1995, quando ficou consignado que, embora tenham os servidores direito a receber a quantia correspondente à diferença entre seus vencimentos e aqueles recebidos pelo exercício do cargo comissionado, a previsão legal do apostilamento ⑩não iguala ou equipara vencimentos, apenas reconhece o direito dos que exercem cargos ou funções comissionadas por certo período de tempo em continuar percebendo esses valores como vantagem pessoal⑪, os quais passam a ser submetidos às revisões gerais dos vencimentos do funcionalismo público. Na linha desse entendimento, esta Corte assentou, em outras oportunidades, inexistir direito adquirido dos servidores ativos e inativos à permanência do regime legal de remuneração do cargo em comissão outrora ocupado, uma vez que proibida pelo art. 37, XIII, da Constituição (redação dada pela EC 19/1998) a vinculação entre vencimentos. Ressaltou-se, no entanto, a preservação da garantia da irredutibilidade de vencimentos quanto às vantagens já percebidas conforme o regime correspondente ao tempo do apostilamento. Confirma-se o entendimento firmado no julgamento do RE 226.462, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 25.5.2001, citado no voto do paradigma mencionado: ⑩I. Recurso extraordinário: a aplicação de norma ou princípio a situação por eles não alcançada vale por contrariá-los. II. ⑩Estabilidade financeira⑪: inexistência de direito adquirido de servidores ativos e inativos à permanência do regime legal de reajuste de vantagem correspondente. 1. Pacífico no STF a inexistência de conflito entre a chamada ⑩estabilidade financeira⑪ e o art. 37, XIII, CF, que proíbe vinculação entre vencimentos (cf. precedentes citados), daí não se segue, contudo, o direito adquirido do servidor beneficiário da vantagem à preservação do regime legal de atrelamento do valor dela ao vencimento do respectivo cargo em comissão: donde a legitimidade e a aplicabilidade imediata da lei que desvincule o reajuste futuro da vantagem àqueles vencimentos do cargo em comissão, submetendo-a aos critérios das revisões gerais dos vencimentos do funcionalismo. 2. Nessa hipótese, o paradigma do inativo aposentado com a ⑩estabilidade financeira⑪, para os efeitos do art. 40, § 4º, CF, não é o ocupante atual do respectivo cargo em comissão, mas sim o servidor efetivo igualmente beneficiário, na ativa, da vantagem decorrente do exercício anterior dele. 3. Dada a garantia de irredutibilidade, da alteração do regime legal de cálculo ou reajuste de vencimentos ou vantagens funcionais jamais poderá ocorrer a diminuição do quanto já percebido conforme o regime anterior, não obstante a ausência de direito adquirido à sua preservação. III. Recurso extraordinário: inconstitucionalidade reflexa ou mediata e direito local. Como é da jurisprudência iterativa, não cabe o RE, a, por alegação de ofensa mediata ou reflexa à Constituição, decorrente da violação da norma infraconstitucional interposta; mas o bordão não tem pertinência aos casos em que o julgamento do RE pressupõe a interpretação da lei ordinária, seja ela federal ou local: são as hipóteses do controle da constitucionalidade das leis e da solução do conflito de leis no tempo, que pressupõem o entendimento e a determinação do alcance das normas legais cuja validade ou aplicabilidade se cuide de determinar⑫. Assim, não havendo direito adquirido a regime jurídico e, ainda, estando expressamente vedada pela Constituição a possibilidade de vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público, não merece reparo o acórdão recorrido. Com efeito, o Tribunal a quo consignou a inconstitucionalidade do ato de apostilamento após a promulgação da EC 19/1998. Nesse sentido, extrai-se o seguinte trecho do voto do relator na origem, na parte em que não diverge do voto condutor: ⑫(...) Assim, a inconstitucionalidade trata-se de vício congênito à legislação impugnada e deve ser verificado em face da Constituição vigente ao



tempo de sua elaboração. Entretanto, malgrado o art. 96 da Lei Orgânica do Município de Araguari/MG seja norma originária, datada do ano de 1990 e, portanto, anterior à Emenda Constitucional/MG n. 57/2003 (parâmetro), as normas impugnadas são posteriores ao parâmetro invocado, eis que a Emenda à Lei Orgânica de n. 44 fora publicada no ano de 2018 e a Lei Complementar n. 41 (Estatuto do Servidor Municipal) fora publicada no ano de 2006. Verifico que o meio impugnativo elencado pelo autor é adequado, sendo plenamente cabível, in casu, a Representação de Inconstitucionalidade. (...) Vencida esta parte, verifica-se que o Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais reputa inconstitucionais o parágrafo único do art. 1º da Emenda à Lei Orgânica Municipal n. 44/2018 e o § 4º da Lei Complementar n. 41/2006, ambas as normas do Município de Araguari/MG, ao argumento de que tais dispositivos violam os princípios da moralidade, impessoalidade e isonomia, pois permite o apostilamento de servidores públicos que tenham ocupado cargo comissionado. Os dispositivos cuja declaração de inconstitucionalidade se pleiteia assim dispõem: Lei Orgânica do Município de Araguari: (...) 6Art. 96. Ao servidor público estatutário, concursado e efetivo no Município, ocupante de cargo de confiança ou de provimento em comissão, que dele for afastado sem ser a pedido ou por penalidade, ou se aposentar, fica assegurado o direito de continuar percebendo a remuneração do cargo, desde que o seu exercício compreenda período igual ou superior a quatro anos, consecutivos ou não. Parágrafo Único - O benefício previsto no "caput" deste artigo, só será atribuído a quem tiver quinze anos, no mínimo, de serviços desempenhados a este Município, como funcionário público. 7 Emenda à lei orgânica nº 44, de 15 de maio de 2018: 6Revoga o caput e o parágrafo único do art. 96, da lei orgânica do município, resguardando os direitos adquiridos dos servidores que até então implementaram as condições necessárias para incorporação da remuneração do cargo que ocupava, dando outras providências. 7 6Art. 1º (...) Parágrafo único. Ficam resguardados, entretanto, os direitos adquiridos dos servidores estatutários do município que, até a data de entrada em vigor desta emenda a lei orgânica, já tenham incorporado ou que já tenham implementadas as condições necessárias para incorporação em sua remuneração do vencimento do cargo que ocupava, na forma e nas condições previstas no caput e no parágrafo único do art. 56, da lei orgânica do município. 7 Lei Complementar nº 41/2006: 6Dispõe sobre a estrutura do plano de empregos públicos e carreiras da administração direta do município de Araguari estabelece, normas de enquadramento, institui novo quadro de salários e vencimentos, dando outras providências. 7 6Art. 97. Fica criada a função gratificada para os servidores de carreira, que convocados pelo Prefeito a ocuparem funções de chefia ou assessoramento, ou função temporária, cujas atribuições ou encargos sejam superiores ao do cargo ou emprego público. (...) § 4º O servidor do Quadro Permanente que exercer função gratificada por dez (10) anos consecutivos, quando do retorno à sua função de origem terá direito de perceber a vantagem da função gratificada, que terá a denominação de vantagem pessoal, se esta for de valor superior ao do emprego público, passará desta data em diante a receber todas as vantagens calculadas sobre esta remuneração, não podendo recebê-las de forma retroativa. 7 (...) No entanto, em observância à estrutura constitucional e jurídica do Estado Brasileiro, em que pese não exista hierarquia entre os entes federativos, todo e qualquer ato normativo deve obediência à Constituição Federal de 1988. E mais, no que tange à competência legislativa municipal, há uma dupla subordinação, ou seja, as normas municipais devem obediência aos princípios das constituições Federal e Estadual. (...) (...) Os atos da Administração Pública devem ser compatíveis com os princípios constitucionais administrativos, entre eles os princípios da moralidade, razoabilidade, eficiência e impessoalidade. Neste sentido, dispõe o art. 13, caput, da Constituição Estadual, inclusive: 6Art. 13 - A atividade de administração pública dos Poderes do Estado e a de entidade descentralizada se sujeitarão aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e razoabilidade. 7 9. (eDOC 1, p. 14-18) Por fim, colho do voto condutor: 6Pois bem. A discussão dos autos situa-se na



inconstitucionalidade do ato de apostilamento após a promulgação da EC nº 19/98, da Constituição Federal e da EC nº 57/03, da Constituição do Estado de Minas Gerais. Pondera-se o Princípio da Simetria com a autonomia dos entes federados, bem como possíveis infrações aos Princípios Constitucionais da Moralidade, Razoabilidade, Eficiência e Isonomia com os demais servidores. O instituto do apostilamento, hoje extinto, tinha por finalidade a bonificação do servidor efetivo, que permanece por determinado período, previsto em lei, em exercício de cargo comissionado que lhe seja mais rentável que o cargo efetivo. Isso, quando do retorno ao cargo originário, desde que não seja a pedido ou por penalidade imposta. (...) Com a devida vênia ao entendimento do culto Relator, mantendo a coerência com o voto que proferi no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade acima citada, entendendo que o instituto da apostilamento não está em consonância com os princípios que foram invocados pelo Procurador-Geral de Justiça na exordial da presente representação. (...) Assim sendo, o apostilamento viola o interesse público, deixando de assegurar o interesse público. Peço vênia para citar trecho do judicioso voto proferido pelo ilustre Desembargador Edilson Olímpio Fernandes ao analisar o referido instituto: A continuidade da percepção dos valores correspondentes ao exercício de cargo de provimento em comissão em virtude do preenchimento de critério meramente temporal não se harmoniza com o princípio da eficiência, porquanto causa significativo impacto nos gastos do setor público com pessoal, sem qualquer exigência de resultados do servidor público. Com efeito, o apostilamento não assegura melhores resultados na prestação do serviço público. O incremento remuneratório será pago ao servidor sem garantia de que as habilidades e experiência adquiridas no exercício das atribuições de direção, chefia ou assessoramento sejam aplicadas no exercício das atribuições do cargo efetivo e impliquem em reais vantagens para a Administração Pública e os administrados, ao passo que o impacto financeiro é certo, ainda que exigido um lapso temporal de oito anos para a concessão do benefício, comprometendo ainda mais as receitas do Município. O apostilamento viola o princípio da moralidade e as regras da boa administração, pois se autoriza por meio dele que servidores aufram remuneração incompatível com a complexidade e a responsabilidade das atribuições do cargo efetivo e com a escolaridade exigida para o seu desempenho, em inobservância aos valores éticos e de justiça, contrariando os anseios da coletividade. (...) (...) Portanto, permissa venia, cabe, assim, cogitar, na espécie, do vício imputado ao diploma. Inclusive, os efeitos desta declaração de inconstitucionalidade não devem ser modulados (...). (...) Ante o exposto, renovando meu pedido de vênia ao eminente relator, julgo procedente esta ação direta de inconstitucionalidade, declarando a inconstitucionalidade material do parágrafo único do art. 1º da Emenda à Lei Orgânica Municipal n. 44/2018 e do § 4º da Lei Complementar n. 41/2006, do Município de Araguari/MG, sem modulação dos efeitos. (eDOC 1, p. 27-28 e 30-32) **Esse entendimento, conforme demonstrado acima, encontra-se em consonância com a jurisprudência desta Corte. Nessa linha, registro decisão monocrática de minha lavra no AI 729.106, DJe 27.6.2017. Do mesmo modo opina o Parquet: ①(...) Após EC n. 19/98, não mais se admite a perpetuação do instituto da estabilidade financeira, ressalvados os efeitos financeiros decorrentes daqueles que tiveram seu direito anteriormente reconhecido, já que assegurada a irredutibilidade de vencimentos. Nestes termos, a Emenda à Lei Orgânica Municipal, após EC 19/98, seria inconstitucional desde o seu nascedouro. (eDOC 10, p. 10-11) Por fim, não obstante a possibilidade de eventual interposição de recurso, tendo em vista os fundamentos desta decisão, indefiro o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao RE, constante do eDOC 6. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso (art. 932, VIII, do NCPC c/c art. 21, § 1º, do RISTF). Publique-se. Brasília, 30 de março de 2020. Ministro Gilmar Mendes Relator Documento assinado digitalmente**

Por último, insta ressaltar também que diferentemente do que alega a parte contrária, não há que se falar em reconhecimento da constitucionalidade dos dispositivos da Lei Orgânica do Município de Conceição da Aparecida em razão da decisão prolatada pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, visto que é do conhecimento dos envolvidos a fase recursal na qual se encontra a citada ADI, o que impede que se opere o trânsito em julgado e o almejado reconhecimento tendo em vista o efeito recursal suspensivo.

## **II – DOS REQUERIMENTOS:**

Ante o exposto, requer:

Sejam julgadas improcedentes as alegações e pedidos constantes da manifestação em ID 118345301 no que tange a prejudicialidade da Emenda Constitucional 103/2019;

O julgamento do feito no estado em que se encontra, não havendo interesse em realização de audiência de conciliação e reiterando os pedidos constantes na exordial.

Nestes termos, pede deferimento.

Carmo do Rio Claro (MG), 13 DE Julho de 2020

**AMANDA MORAIS DE MELO**

**OAB/MG Nº153.272**

**FÁBIO LUIZ BARBOSA**

**OAB/MG Nº 136.058**



**RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.329.124 MINAS GERAIS**

**RELATORA** : MIN. CÁRMEN LÚCIA  
**RECTE.(S)** : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE  
MINAS GERAIS  
**PROC.(A/S)(ES)** : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE  
MINAS GERAIS  
**RECDO.(A/S)** : PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DA  
APARECIDA  
**ADV.(A/S)** : JOSE FRANCISCO BOTELHO E SILVA

**DECISÃO**

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. SERVIDOR PÚBLICO. CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO. INCORPORAÇÃO DAS GRATIFICAÇÕES. LEI N. 783/1991. MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE APARECIDA/MG. SÚMULA N. 280 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

**Relatório**

1. Agravo nos autos principais contra inadmissão de recurso extraordinário interposto com base na al. *a* do inc. III do art. 102 da Constituição da República contra o seguinte julgado do Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

“PRELIMINAR: EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – LEI N. 783/1991 – MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE APARECIDA – CAUSA DE PEDIR – VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS PREVISTOS NO ARTIGO 13 DA

**ARE 1329124 / MG**

CEMG E 37 DA CRFB – PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE PREENCHIDOS – CONTROLE ABSTRATO – CAUSA DE PEDIR ABERTA – CONHECIMENTO DA AÇÃO.

VV EMENTA: ADI. APOSTILAMENTO. MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DA APARECIDA. LEI DE 1991, ANTERIOR À EMENDA CONSTITUCIONAL QUE SE INVOCA COMO PARÂMETRO. REPRESENTAÇÃO NÃO CONHECIDA. - *Ante a supremacia das Constituições Federal/Estadual, as normas editadas em data anterior àquelas da sua promulgação devem subordinar-se aos novos preceitos constitucionais, permanecendo válidas e eficazes se com ela não conflitarem. Aquelas que forem incompatíveis com o novo texto maior, promulgado posteriormente a sua edição, e independentemente de cláusulas expressas, tornam-se ineficazes de pleno direito e independentemente de declaração específica. Precedentes do STF, no sentido de que 'Vê-se, portanto, na linha de iterativa jurisprudência prevalecente nesta Suprema Corte e em outros tribunais (RTJ 82/44 – RTJ 99/544 – RTJ 124/415 – RTJ 135/32 – RT 179/922 – RT 208/197 – RT 231/665, v.g.), que a incompatibilidade entre uma lei anterior (como a norma ora questionada inscrita na Lei 691/1984 do Município do Rio de Janeiro/RJ, p. ex.) e uma Constituição posterior (como a Constituição de 1988) resolve-se pela constatação de que se registrou, em tal situação, revogação pura e simples da espécie normativa hierarquicamente inferior (o ato legislativo, no caso), não se verificando, por isso mesmo, hipótese de inconstitucionalidade (RTJ 145/339 – RTJ 169/763). (RTJ 95/980 – RTJ 95/993 – RTJ 99/544 – RTJ 143/355 – RTJ 145/339, v.g.).' (AI 582.280 AgR, voto do Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 12-9-2006, Segunda Turma, DJ de 6-11-2006).* - Neste caso as regras questionadas foram editadas em 1991, data em que sequer estava em vigor a Emenda Constitucional/MG n. 57/2003.

MÉRITO – EMENTA: ADI. APOSTILAMENTO. MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DA APARECIDA. POSSIBILIDADE DE PREVISÃO DO DIREITO NO ESTATUTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS. PEDIDO IMPROCEDENTE. -



**ARE 1329124 / MG**

*A EC 57/03 suprimiu, de fato, no âmbito estadual, o instituto do apostilamento, mas não há proibição na Constituição para que os entes municipais possam legislar sobre a questão. Assim, não se aplica o princípio da simetria, pois as Constituições Federal e Estadual garantem aos Municípios autonomia para legislar sobre os direitos de seus servidores (arts. 30, I, e 39 da CF, e art. 171, I, 'e', da CEMG). - Havendo lei local que discipline a matéria relativamente aos servidores públicos do Município de Conceição da Aparecida e possuindo o ente municipal competência para disciplinar sobre assuntos de interesse local sob o manto da autonomia organizacional político-administrativa que a Constituição da República lhe outorgou (art. 18), é possível a instituição do apostilamento, não havendo a apontada inconstitucionalidade.*

*VV MÉRITO – DIFERENÇA ENTRE O VENCIMENTO DO CARGO EFETIVO E DO CARGO COMISSIONADO ANTERIORMENTE EXERCIDO – INCORPORAÇÃO – PRINCÍPIOS DA EFICIÊNCIA E DA MORALIDADE– VIOLAÇÃO – MODULAÇÃO DOS EFEITOS – CABIMENTO – PEDIDO JULGADO PROCEDENTE. O requerente sustenta que as normas impugnadas violam os princípios da isonomia, eficiência, impessoalidade, moralidade, todos previstos no artigo 13 da Constituição do Estado de Minas Gerais e no artigo 37 da Constituição da República. Com exceção do princípio da eficiência, os demais foram previstos nos textos constitucionais em sua redação original, ou seja, antes da publicação da lei local impugnada (1991), não sendo caso de juízo de recepção. Ainda que o pleito declaratório fosse fundamentado na superveniência da Emenda à Constituição Estadual n. 57/2003, tal não inviabilizaria o conhecimento da presente Ação Direta de Inconstitucionalidade, que, como tal, possui causa de pedir aberta. A continuidade da percepção dos valores correspondentes ao exercício de cargo de provimento em comissão em virtude do preenchimento de critério meramente temporal não se harmoniza com o princípio da eficiência, porquanto causa significativo impacto nos gastos do setor público com pessoal, sem qualquer exigência de resultados do agente público, bem como viola o princípio da moralidade e as regras da boa administração, pois se autoriza por meio*

**ARE 1329124 / MG**

*dele que servidores auferam remuneração incompatível com a complexidade e a responsabilidade das atribuições do cargo efetivo e com a escolaridade exigida para o seu desempenho, em inobservância aos valores éticos e de justiça, contrariando os anseios da coletividade. Considerando-se que a declaração de inconstitucionalidade opera efeitos retroativos (ex tunc), bem como que a norma impugnada está em vigor desde 1991, revela-se plausível que este Órgão Especial ressalve as situações já consolidadas em atenção ao princípio da segurança jurídica” (fls. 1-2, vol. 3).*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fl. 69, vol. 7).

2. No recurso extraordinário, o agravante alega ter o Tribunal de origem contrariado o *caput* e o inc. V do art. 37 da Constituição da República, ao argumento de “*inconstitucionalidade dos artigos 99, 100, 101 e 102 da Lei 783/1991, do Município de Conceição de Aparecida, que disciplinam o instituto do apostilamento*” (fl. 2, vol. 10).

Insurge-se contra “o ‘apostilamento’ de um grupo determinado de servidores – aqueles que ocupam funções de direção, de chefia e de assessoramento, cujo critério de escolha se dá ao arbítrio da autoridade nomeante, em detrimento dos demais, e às custas do erário” (fl. 9, vol. 10).

Argumenta que, “ao permitir que o município de Conceição de Aparecida passe a custear a incorporação de valores correspondentes ao exercício de cargo em comissão à remuneração dos servidores que não mais o ocupem, o legislador local afastou-se dos princípios da razoabilidade, da moralidade e da impessoalidade, ofendendo, assim, o art. 13, *caput*, da CEMG/89 e o art. 37, *caput*, da CF/88” (fl. 11, vol. 10).

3. O recurso extraordinário foi inadmitido pela incidência da Súmula n. 280 do Supremo Tribunal Federal (vol. 14).

O agravante assevera ser “*desnecessária a análise de lei local, no caso,*

**ARE 1329124 / MG**

*porque o que se discute é a limitação ao poder de auto-organização do Município por força dos princípios e normas de observação obrigatória previstos na Constituição, aos quais todo o ordenamento jurídico deve se conformar, dentre os quais se inserem os preceitos relativos à Administração Pública. Portanto, a controvérsia reside em averiguar se o apostilamento configura instituto que ofende ou não os princípios insculpidos no caput do art. 37 e ao inciso V do artigo 37 da Carta da República da CF/88” (fls. 8-9, vol. 17).*

*Pede “seja conhecido e provido o Agravo ora interposto para o fim de ser reformada a decisão que inadmitiu o Recurso Extraordinário. Oportunamente, e com fincas no art. 1.042, § 5º, do NCPC, em se considerando constar dos autos todos os elementos necessários ao julgamento do mérito, roga seja provido o próprio Recurso Extraordinário ao qual se negou seguimento, de forma a restar reformado o acórdão recorrido para o fim de reconhecer a inconstitucionalidade dos artigos 99, 100, 101 e 102 da Lei 783/1991, do Município de Conceição da Aparecida, por violação ao artigo 37, caput e inciso V, da Constituição da República” (fl. 11, vol. 17).*

Examinados os elementos havidos no processo, **DECIDO**.

**4. Razão jurídica não assiste ao agravante.**

**5.** Este Supremo Tribunal assentou a competência de Tribunal de Justiça para processar e julgar ação direta de inconstitucionalidade contra lei municipal com base na Constituição estadual pela qual se reproduza, em essência, dispositivo da Constituição da República. Decidiu também somente ser cabível recurso extraordinário se, no acórdão recorrido, houver contrariedade à Constituição da República. Assim, por exemplo:

*“É competente o Tribunal de Justiça (e não o Supremo Tribunal), para processar e julgar ação direta contra lei estadual contrastada com a norma da Constituição local, mesmo quando venha esta a consubstanciar mera reprodução de regra da Carta Federal, cabendo, em tese, recurso extraordinário de decisão que vier a ser*

**ARE 1329124 / MG**

*proferida sobre a questão” (ADI n. 1.529-QO, Relator o Ministro Octavio Gallotti, Plenário, DJ 28.2.1997).*

Na espécie em exame, o Tribunal de Justiça mineiro rejeitou a arguição de inconstitucionalidade com os seguintes fundamentos:

*“(...) foi a EC 57/03 que suprimiu do âmbito estadual o instituto do apostilamento, mas não há proibição na Constituição para que os entes municipais possam legislar sobre esse tema. As Constituições Federal e Estadual garantem aos Municípios autonomia para legislar sobre os direitos de seus servidores (arts. 30, I, e 39, da CF, e art. 171, I, ‘e’, da CEMG). (...) Aqui, todavia, os artigos questionados não estão contidos na LOM, mas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município, não havendo qualquer inconstitucionalidade. Com efeito, segundo a Constituição Mineira compete ao Município legislar sobre o ‘...regime jurídico único de seus servidores, observada a diversificação quanto aos da administração direta, da autárquica e da fundacional em relação aos das demais entidades da administração indireta’ (artigo 171, I, ‘e’ da Constituição de Minas Gerais), sendo editados os artigos 99, 100, 101 e 102 da Lei 783/1991 do Município de Conceição de Aparecida em obediência ao princípio da separação dos poderes e após observância do regular processo legislativo. Por várias vezes, já votei pela constitucionalidade do apostilamento por meio de lei municipal. O fato de o Estado proibir o apostilamento – e o fez por razões as mais relevantes – não leva a que o Município seja obrigado a fazê-lo. Não se aplica aqui, data vênua, o princípio da simetria. É claro que o ente municipal pode seguir o rumo do Estado e extinguir a vantagem. Mas se não o fez deve ser ela mantida na forma da lei (municipal) que assim prevê, não havendo, data vênua, nenhuma inconstitucionalidade nessa questão” (fls. 25-31, vol. 3).*

Na Constituição da República, ao se prever a forma de provimento das funções de confiança e dos cargos em comissão, nada se dispõe sobre o apostilamento de vantagem concedida a servidor público ocupante de cargo em comissão por longo período, que retorna ao cargo efetivo. No dispositivo constitucional estadual examinado pelo Tribunal de origem,

**ARE 1329124 / MG**

portanto, não se reproduz dispositivo da Constituição da República de observância obrigatória.

Para examinar a pretensão do agravante, seria necessário interpretar a legislação infraconstitucional aplicável à espécie (Lei municipal n. 783/1991). A alegada contrariedade à Constituição da República, se tivesse ocorrido, seria indireta, a inviabilizar o processamento do recurso extraordinário. Incide, na espécie vertente, a Súmula n. 280 do Supremo Tribunal Federal. Assim, por exemplo:

*“DIREITO ADMINISTRATIVO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/2015. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 37, CAPUT, V, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO. PERCENTUAL A SER OCUPADO POR SERVIDORES PÚBLICOS. ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO LOCAL. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF. REELABORAÇÃO DA MOLDURA FÁTICA. PROCEDIMENTO VEDADO NA INSTÂNCIA EXTRAORDINÁRIA. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI MUNICIPAL. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO DE CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DA NORMA DE REPRODUÇÃO OBRIGATÓRIA PREVISTA NA CARTA ESTADUAL. AGRAVO MANEJADO SOB A VIGÊNCIA DO CPC/2015. 1. A controvérsia, a teor do já asseverado na decisão guerreada, não alcança estatura constitucional. Não há falar em afronta ao preceito constitucional indicado nas razões recursais (art. 37, caput, V, da Lei Maior). Compreensão diversa demandaria a reelaboração da moldura fática, a tornar oblíqua e reflexa eventual ofensa à Constituição, insuscetível, como tal, de viabilizar o conhecimento do recurso extraordinário. Desatendida a exigência do art. 102, III, “a”, da Lei Maior, nos termos da remansosa jurisprudência desta Suprema Corte. 2. Ausência de demonstração da norma de reprodução obrigatória prevista na Constituição estadual que teria sido violada. Aplicação do entendimento jurisprudencial vertido na Súmula nº 284/STF: “É*

**ARE 1329124 / MG**

*inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”. 3. As razões do agravo não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, mormente no que se refere à ausência de ofensa a preceito da Constituição da República. 4. Agravo interno conhecido e não provido” (RE n. 1.064.752-AgR, Relatora a Ministra Rosa Weber, Primeira Turma, DJe 29.5.2019).*

*“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI 2.037/1992 DO MUNICÍPIO DE CUBATÃO/SP EM FACE DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. AUSÊNCIA DE NORMA DE REPRODUÇÃO OBRIGATÓRIA. NECESSIDADE DE REEXAME DA LEGISLAÇÃO LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I - Verifica-se que o Tribunal de origem decidiu a controvérsia com base em norma da Constituição estadual que não é de observância obrigatória pelos entes Federados, o que inviabiliza, portanto, a análise do recurso extraordinário, nos termos da Súmula 280/STF. Precedentes. II - Agravo regimental a que se nega provimento” (RE n. 1.058.463-AgR, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, DJe 6.11.2018).*

*“AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. SERVIDOR PÚBLICO. MANDATO CLASSISTA. REMUNERAÇÃO. PERCEPÇÃO. CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. NORMA DE REPRODUÇÃO OBRIGATÓRIA. AUSÊNCIA. LEGISLAÇÃO LOCAL. EXAME. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280 DO STF. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. A controvérsia referente à percepção de remuneração por servidor público afastado para o desempenho de mandato classista demanda o reexame da legislação local. Incidência da Súmula 280 do STF. 2. No caso sob exame, não se está diante de norma da Constituição Federal de reprodução obrigatória pela constituição estadual. Eventual ofensa ao texto constitucional seria indireta ou reflexa, o que inviabiliza o*

**ARE 1329124 / MG**

*recurso extraordinário. 3. Agravo regimental a que se nega provimento, com aplicação de multa, nos termos do art. 1.021, §4º, do CPC. Incabível a majoração de honorários advocatícios, dada a natureza da ação originária” (ARE n. 946.720-AgR, Relator o Ministro Edson Fachin, Segunda Turma, DJe 1º.3.2019)*

Nada há a prover quanto às alegações do agravante.

**6.** Pelo exposto, **nego provimento ao recurso extraordinário com agravo** (al. *a* do inc. IV do art. 932 do Código de Processo Civil e § 1º do art. 21 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

**Publique-se.**

Brasília, 8 de junho de 2021.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**  
Relatora



# *Supremo Tribunal Federal*

## CERTIDÃO DE TRÂNSITO

### RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1329124

RECORRENTE(S):	PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR(ES):	PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO(A/S):	PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DA APARECIDA
ADVOGADO(A/S):	JOSE FRANCISCO BOTELHO E SILVA

Certifico que o(a) acórdão/decisão transitou em julgado em 10/09/2021.

Brasília, 10 de setembro de 2021.

Secretaria Judiciária  
(documento eletrônico)